

## ESTUDO DA POBREZA SOB A ÓTICA MULTIDIMENSIONAL: UMA ANÁLISE ACERCA DO MEIO RURAL E URBANO DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA ILHÉUS-ITABUNA, ESTADO DA BAHIA

**Monick Midlej do Espírito Santo**

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente  
(PRODEMA/UESC)  
[mmesanto@uesc.br](mailto:mmesanto@uesc.br)

**Andréa da Silva Gomes**

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Departamento de Ciências Econômicas, Ilhéus, Bahia, Brasil  
[asgomes@uesc.br](mailto:asgomes@uesc.br)

**Ronaldo Lima Gomes**

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais, Ilhéus, Bahia, Brasil  
[rlgomes.uesc@gmail.com](mailto:rlgomes.uesc@gmail.com)

**Mônica de Moura Pires**

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Departamento de Ciências Econômicas, Ilhéus, Bahia, Brasil  
[mpires@uesc.br](mailto:mpires@uesc.br)

**Cristiane Aparecida de Cerqueira**

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Departamento de Ciências Econômicas, Ilhéus, Bahia, Brasil  
[ccerqueira@uesc.br](mailto:ccerqueira@uesc.br)

### RESUMO

A premência de trabalhar com temas relacionados à pobreza em suas múltiplas dimensões tem crescido exponencialmente. Apesar de presente em todo o país, a pobreza acomete de forma desigual as regiões brasileiras. Ao constatar poucas pesquisas publicadas, e a partir da observação *in loco* acerca das disparidades entre o meio rural e urbano, é que emerge esta pesquisa que objetivou analisar a pobreza sob a ótica multidimensional na Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, para o ano censitário de 2010. Para tanto, estimou-se o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) a partir de três dimensões e sete indicadores. Os resultados apontam que as zonas rurais apresentam IPM superior ao das zonas urbanas. No que tange à privação dos habitantes, na zona rural os maiores percentuais estão relacionados ao esgotamento sanitário (84,6%), abastecimento de água (78,6%) e coleta de lixo (77,8%). Na zona urbana as maiores privações estão relacionadas à renda, 76,1% dos habitantes não possuem condições de adquirir ativos e 46,6% são privados de se alimentar e adquirir medicamentos. Conclui-se pela necessidade de políticas que fomentem o crescimento e o desenvolvimento das localidades, oferecendo maior acesso a serviços básicos essenciais à população rural, além de fomentar o emprego e a renda à toda população.

**Palavras-chave:** Privação. Liberdade. Desenvolvimento. Políticas Públicas.

### STUDY OF POVERTY UNDER THE MULTIDIMENSIONAL OPTICS: AN ANALYSIS ABOUT THE RURAL AND URBAN ZONE OF THE ILHÉUS-ITABUNA INTERMEDIATE REGION, STATE OF BAHIA

### ABSTRACT

The urge to work with themes related to poverty in its multiple dimensions has grown exponentially. Despite being present throughout the country, poverty affects Brazilian regions unequally. Finding few published studies, and from the observation about the disparities between rural and urban areas, this research emerges, which aimed to analyze poverty from a multidimensional perspective in the Ilhéus-Itabuna Intermediate Region, for the 2010 census year. To this end, the Multidimensional Poverty Index (IPM) was estimated from three dimensions and seven indicators. The results show that rural areas have a higher IPM than

urban areas. Regarding the deprivation of the inhabitants, in the rural area the highest percentages are related to sanitation (84.6%), water supply (78.6%) and garbage collection (77.8%). In the urban area, the greatest deprivations are related to income. 76.1% of the inhabitants are unable to acquire assets and 46.6% are deprived of food and medicine. It concludes by the need for policies that foster the growth and development of localities, offering greater access to basic services essential to the rural population, in addition to promoting employment and income for the entire population.

**Keywords:** Deprivation. Freedom. Development. Public policies.

## INTRODUÇÃO

A premência em trabalhar com temas relacionados à pobreza em suas múltiplas dimensões tem crescido exponencialmente, pois essa temática se constitui em um fenômeno multifacetado e complexo. No Brasil, em 2018, mais de 60% das crianças e adolescentes viviam na pobreza, seja sob os aspectos relativos à renda ou a privações de direitos, como acesso à educação, informação, proteção contra o trabalho infantil, moradia adequada, água e saneamento (UNICEF, 2018). Tal situação está presente também em diversos outros países, o que tem levado a Organização das Nações Unidas (ONU) a propor ações para solucionar o grave problema da pobreza. Por isto, os seus 193 Estados-membros propuseram como primeira meta da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável “[...] acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” (ONU, 2019, p.1).

No âmbito nacional, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a fim de corroborar com essa iniciativa, e adequar as normas globais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável à realidade brasileira, recomendou modificar na métrica do conceito de pobreza, a referência de dólar americano (US\$) para dólar internacional, via Paridade do Poder de Compra (PPC\$). Assim, a extrema pobreza passaria de um valor inferior a US\$1,25 *per capita* por dia para PPC\$3,20<sup>1</sup> *per capita* por dia (IPEA, 2018). Embora essa métrica seja relevante para caracterizar a pobreza em determinada região, essas abordagens unidimensionais vêm perdendo espaço para análises que envolvem os múltiplos aspectos acerca desse fenômeno, seja no campo econômico, social ou ambiental, que possam caracterizar a pobreza (ESPÍRITO SANTO et al., 2019).

No Brasil, nos últimos anos, principalmente após o ano de 2001, observou-se uma queda da pobreza extrema unidimensional, decorrente, em parte, da implementação e ampliação de programas sociais de combate à pobreza (como os programas de transferência de renda, por exemplo). Entretanto, existem outras necessidades que extrapolam à questão da renda *per capita* e que devem ser captadas, estudadas e mitigadas em relação à pobreza, como acesso à saúde, ao emprego, à educação, às condições da moradia, entre outras dimensões (FAHEL et al., 2016). Ou seja, torna-se necessária uma análise mais ampla da pobreza, conhecida como ótica multidimensional.

Ademais, a pobreza multidimensional, apesar de presente em todo o mundo em suas diversas dimensões, se comporta de forma distinta inter e intrarregiões, e no estado da Bahia isso não é diferente. Trabalhos pautados na análise sob múltiplas dimensões, como o de Barbosa (2016), que analisa a pobreza rural do estado da Bahia; de Prates (2016), que faz a análise nos territórios de identidade do estado; e o de Martins (2018), que a partir dos setores censitários analisa a pobreza nos municípios de Itabuna e Ilhéus, no mesmo estado, demonstram essa heterogeneidade.

Especificamente, no estado da Bahia vivenciou-se, a partir do final da década de 1980, uma crise na principal atividade econômica da região Sul, a lavoura cacaueteira, que acometeu uma das maiores entradas de divisas estadual, acarretando transformações pluridimensionais e, sobremaneira, no aumento de pessoas sob condição de pobreza (MARON, 2019).

Recentemente o mesmo estado, assim como os demais do país, foi subdividido em Regiões Imediatas e Intermediárias<sup>2</sup>, através da nova Divisão Regional do Brasil publicada pelo Instituto Brasileiro de

<sup>1</sup> Ressalta-se que a PPC leva em consideração a taxa de câmbio nominal e os preços dos produtos em real e em dólar, a fim de comparar o poder de compra entre os países.

<sup>2</sup> A Região Imediata caracteriza-se por ter como principal elemento de referência a rede urbana, ou seja, são regiões estruturadas a partir de centros urbanos que atendem às necessidades imediatas das pessoas pela aquisição de bens e serviços, busca por empregos, entre outros. Já a Região Intermediária tem a finalidade de organizar o território “por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade” (IBGE, 2018, p.20).

Geografia e Estatística (IBGE) em 2017. Esse recorte tem o intuito de incorporar as mudanças ocorridas ao longo das últimas três décadas no Brasil, como as transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais que, até então, mostraram-se ausentes na publicação da década de 1980 em unidades micro e mesorregionais (IBGE, 2018).

Ao constatar poucas pesquisas acerca da pobreza sob a ótica multidimensional para a Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, e a partir da observação *in loco* e em trabalhos científicos publicados acerca das disparidades que assolam o meio rural e o urbano, é que emergem as discussões propostas neste estudo. Assim, delinea-se como objetivo central a análise da pobreza sob a ótica multidimensional, tomando como recorte a Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, para o ano censitário de 2010. Especificamente, buscou-se dimensionar a pobreza sob os critérios da análise multidimensional para os municípios que compõem a área de estudo e identificar a pobreza a partir das zonas rural e urbana dentro dos municípios e entre os municípios. Espera-se que as análises aqui propostas gerem subsídios para a formulação de políticas públicas específicas, uma vez que tais políticas têm se consolidado como a principal ferramenta de intervenção governamental no que tange ao atendimento de demandas relevantes e coletivas, de modo que haja a mitigação da pobreza na região em estudo que, se alcançada, possibilita a geração de inúmeras externalidades positivas, como o próprio alcance do desenvolvimento.

Dessa forma, este artigo está organizado em seis seções contando com esta introdução. A segunda seção traz uma revisão de literatura sobre pobreza multidimensional, procurando relacioná-la às questões próprias das regiões urbanas e rurais. A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos. A quarta e a quinta seção apresentam os resultados alcançados representados pelo Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) calculado e pela intensidade e incidência da pobreza na região em estudo. E, por fim, a quinta seção traz as considerações finais da pesquisa.

## REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção apresenta alguns dos principais conhecimentos acumulados em torno das questões voltadas à pobreza e suas dimensões, e ao processo de formação dos municípios - que traz em si a heterogeneidade entre as zonas rurais e urbanas, e que desenha a distribuição da pobreza como resultado da soma entre economia, incentivos, aporte institucional, políticas implementadas, e muitos outros aspectos. São temas que dialogam entre si uma vez que a pobreza, em todas as suas dimensões, é um problema público coletivamente relevante que se distribui, frequentemente, de forma desigual entre os municípios e dentro dos mesmos, e a política pública, em linhas gerais, surge com o objetivo de solucionar tais problemas.

### ***A pobreza multidimensional***

A literatura traz de forma ampla a discussão acerca da pobreza, mas o estudo da sua manifestação sob a ótica multidimensional ainda é recente e não predominante, apesar da expansão da sua aceitação no mundo científico (FAHEL et al., 2016). Essa abordagem multidimensional tem sido explorada por pesquisadores e tem ganhado espaço nas discussões acerca da confecção de instrumentos capazes de mensurar o desenvolvimento socioeconômico, que extrapolam o conceito de pobreza como insuficiência de renda e se relacionam aos mais diversos aspectos como o econômico, político e social.

A análise sob múltiplos aspectos teve como um dos principais pensadores Amartya Sen que descreveu as facetas da pobreza e se questionou o porquê ela existe, como medi-la, quem são os pobres e porquê eles existem, entendendo que a superação dos problemas vivenciados é essencial para a processo de desenvolvimento (SEN, 2010). Sua análise contempla uma dimensão ética acerca dos debates econômicos, relacionando a economia a uma visão social, inovadora, realista e sobretudo humana, sem estabelecer uma linha de pobreza e sem considerar as singularidades e características sociais e pessoais, e simplesmente aplicando-a rigidamente a todos os indivíduos. Para o autor, o fato de ser pobre não significa viver abaixo da linha imaginária da pobreza, ser pobre é dispor de um nível insuficiente de rendimentos para suprir simples necessidades básicas, considerando os requisitos sociais e a interrelação de muitos fatores que envolvem as circunstâncias sociais. Trata-se de um mundo complexo que deve incorporar a diversidade humana, geográfica, biológica e social.

Atrelada à temática da pobreza está o conceito de desenvolvimento, pois segundo Rocha (2003), Diniz e Diniz (2009) está fortemente relacionada à noção de liberdade discutida em Sen (2010), em que o ser "livre" se constitui como fim prioritário e, simultaneamente, o meio principal para se alcançar desenvolvimento. Assim, devem ser extintas as restrições que deixam os indivíduos com poucas

escolhas/oportunidades para disporem de sua ação racional. Ou seja, para que haja o desenvolvimento é necessária a remoção das principais fontes de privação de liberdade, são elas: “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2010, p. 18).

Salienta-se que tratar da pobreza e, antagonicamente, de desenvolvimento traz de forma inevitável a discussão sobre políticas públicas, que, apesar da sua complexidade em definições, acabam convergindo para políticas governamentais com um propósito coletivo, a fim de gerar benefícios à sociedade acerca de problemas públicos (SILVA, 2012). Há um diálogo entre esse conceito e o propósito deste trabalho que gerou resultados que podem subsidiar políticas públicas capazes de mitigar a pobreza na região em estudo, em consonância com aquelas já existentes. Apesar de não ser o objetivo central da pesquisa detalhar as políticas de desenvolvimento existentes para a região um breve relato sobre elas mostra-se fundamental, uma vez que novos desenhos de políticas poderão somar aquelas já implementadas.

Em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado, cabendo às prefeituras elaborar um Plano de Desenvolvimento Rural e criar os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) para acessar os recursos. Em 2003, é criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em que as políticas passam a ser executadas nos territórios rurais de identidade conformados. Em 2008, visando articular as políticas nos espaços rurais, é criado o Programa Territórios da Cidadania. Outras políticas também foram criadas, como o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), além de o estado obter um Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) atuante. Na Bahia, as políticas de desenvolvimento rural estão atreladas aos Territórios de Identidade, designação territorial, criada entre 2002/2003, pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Em 2014 o estado da Bahia, através da Lei nº. 13.214 de 29 de dezembro de 2014, dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do estado baiano. E, mesmo com a evidente evolução das políticas de desenvolvimento rural do estado em muitos aspectos, muitas limitações ainda são encontradas, como percalços políticos e a fragilidade da democracia participativa (FORNAZIER; PERAFÁN, 2018).

### **O rural e o urbano brasileiro**

Os acontecimentos que embasam discussões sobre o rural e o urbano<sup>3</sup> no Brasil têm longa trajetória. Todo o processo histórico, social, econômico e institucional vivenciado, somados aos marcos mais recentes regionais (como a crise cacauzeira na Bahia), desenham os traços da heterogeneidade no território brasileiro e baiano entre as zonas rurais e urbanas concretizada no processo de formação dos municípios. Os resultados e discussão apresentados acerca do IPM dialogam com o aporte teórico levantado e exibem as heterogeneidades entre o rural e o urbano na região em estudo.

No decurso de formação do país, Furtado (2007) ressalta a relevância do processo de industrialização na construção das heterogeneidades econômicas regionais, que refletem também na atual distribuição espacial da pobreza. Esse processo refletiu em transformações no seu espaço interno, a exemplo do rápido crescimento populacional que não pôde ser acompanhado pelo crescimento territorial, já que havia limitações quanto às caminhadas a pé da moradia para o trabalho. O resultado foi o surgimento de uma nova faixa ao redor dos centros urbanos, a periferia, considerada um território independente, livre da iniciativa privada. A rápida industrialização desencadeou inúmeros problemas urbanos, como a separação das classes sociais, falta de coleta de lixo, rede de água e esgoto, poluição, ausência de espaço para lazer, entre outros, que, em parte, foram sanados ao longo das décadas impulsionados por questões de saúde pública, por exemplo (SPOSITO, 1988).

O efeito da disparidade de renda, que tem sido observada como um fenômeno universal, tem efeitos negativos sobre a população e está relacionada diretamente à sérias tensões regionais (FURTADO, 2007). Partindo da ótica da geografia econômica, Cruz et al. (2011) corroboram e afirmam que as atividades humanas, desde o nascimento das civilizações, se distribuem de forma heterogênea entre e nos territórios. Os assentamentos humanos, local onde acontecem as atividades econômicas, como as

---

<sup>3</sup>Para o IBGE (2017a), o espaço urbano é determinado por lei municipal e o espaço rural é definido por exclusão ao espaço urbano.

idades e aglomerações nos seus mais diferentes tamanhos e escalas de análise, estão diretamente ligados a existência das desigualdades entre os lugares.

As teorias clássicas foram as primeiras no campo de análise da economia espacial e geraram frutos no entendimento dos primeiros modelos urbanos ao servirem de base para outras teorias, como a teoria da renda da terra (PIRES et al., 2018). Também precederam o entendimento sobre o processo de urbanização vivenciado globalmente, uma vez que buscaram entender os padrões de localização da atividade econômica e industrial, assim como o tamanho e a distribuição das cidades.

De forma tradicional, a “urbanização é compreendida como o deslocamento da população das áreas rurais para as áreas urbanas, elevando o que se chama de grau de urbanização”, isto é, considera-se a proporção da população urbana em relação a população total da localidade (geralmente o município) (MOURA; OLIVEIRA; PÊGO FILHO, 2018).

O sistema urbano, como uma totalidade, é movido por condições e ritmos desiguais, por meio dos quais as diferentes partes se ajustam às mudanças exigidas pela economia e sociedade, motivadas pela inserção regional na divisão social do trabalho. Diferentes formas de integração entre centros correspondem às principais estruturas socioespaciais desenvolvidas ou suportadas pela economia dominante. Não são uniformes, em decorrência das diferentes interações, escolhas e intensidades geradas por essa economia; também não compõem recortes fixos, hierarquias, categorias constantes, mas sim espaços em movimento, em contínua transformação. Também não significam que os municípios passarão sucessivamente por todas as escalas, com destino à escala mais avançada, e sim que cada escala cumpre uma especificidade na totalidade do processo (MOURA; OLIVEIRA; PÊGO FILHO, 2018, p. 8).

Salienta-se, mais uma vez, a necessidade de se atentar às especificidades locais que ditarão o ritmo do processo de urbanização e seu reflexo nas bases econômica, social, política, institucional e ambiental. Dentre essas especificidades está a heterogeneidade entre as zonas rural e urbana, decorrente, entre outros fatores, do processo histórico, locacional, cultural e de urbanização experimentado em todo o globo.

Vainer e Smolka (1991) afirmam que o Brasil vivenciou um intenso processo de modernização que desencadeou feitos marcantes na sociedade, como a rápida urbanização e a acentuada desigualdade, acompanhadas da presente crise do planejamento urbano brasileiro.

O ingresso decisivo do Brasil na modernidade não apenas não reduziu as notáveis disparidades regionais e sociais, tradicionalmente tomadas como indicadores do subdesenvolvimento, como, ironicamente, tornou-as mais agudas e dramáticas (concentração de renda, miséria absoluta, desnutrição, menores abandonados, favelas e invasões, doenças infecto-contagiosas...) (VAINER; SMOLKA, 1991, p.20).

Já a dinâmica da globalização, um processo novo que, comum a todos os períodos, não conseguiu ser completamente difundido no território, não foi capaz de apagar rastros do passado, mas modificou as características do novo tempo que passa a valorizar as relações externas comandadas por empresas globais. Com essa dinâmica, que nem sempre atinge o território de forma absoluta, mas relativizada, “agravam-se diferenças e disparidades, devidas, em parte, aos novos dinamismos e a outras formas de comando e dominação” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 253).

As condições atuais exibem desigualdades territoriais diversas e desencadeadas por motivos complexos. São inúmeras variáveis que geram situações difíceis de classificar ou estabelecer alguma tipologia. O Nordeste, por exemplo, carregou o peso de uma estrutura fundiária desde cedo hostil, vinculada a uma péssima distribuição de renda, que ajudou a manter milhões de pessoas na pobreza e impedir uma urbanização expressiva (SANTOS; SILVEIRA, 2011).

Os centros regionais podem ser conceituados como um ponto de conexão com o mundo rural ao realizar a comercialização e o beneficiamento dos produtos agrícolas, além de alojar indústrias extrarregionais que auxiliam na sustentação do emprego e da renda. E as cidades como “pontos de interseção e superposição entre as horizontalidades e as verticalidades. Elas oferecem os meios para o consumo final das famílias e administrações e o consumo intermediário das empresas” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 280), podem ser consideradas, então, como uma ponte entre o local e o global.

Independente da dimensão da cidade (ou sede do município), ela oferece equipamentos e serviços que facilitam o cotidiano das pessoas e das empresas, como o transporte, telecomunicação, serviços públicos essenciais, ou seja, a infraestrutura urbana mostra-se obviamente superior à rural. É essencial, também, entender que as economias locais são produtos dos vínculos de cooperação entre as atividades urbanas e rurais (VEIGA, 2003).

Analisando a pobreza sob a ótica da renda, Silva Júnior (2006) ressalta seu elevado grau no Nordeste brasileiro na década de 1990, em relação ao restante do país, sobretudo na zona rural que exhibe condições mais precárias de vida. Multidimensionalmente e trazendo para o contexto baiano, o trabalho de Lacerda (2009) corrobora com a discussão ao demonstrar que a pobreza é mais intensa e mais severa na área rural, sendo os indivíduos de cor preta ou parda os que apresentam maiores risco de pobreza. A análise acerca da insuficiência de renda também foi realizada e exibiu resultados semelhantes, porém, a com múltiplas dimensões permitiu a inclusão de outros tipos de privações, como aquelas voltadas às necessidades básicas.

A pobreza rural na Bahia é também tratada por Barbosa (2016), que ratifica as diferenças entre as privações enfrentadas nas zonas rural e urbana, nas quais as maiores intensidade, incidência e pobreza sob a ótica multidimensional estão nas áreas rurais que carecem fortemente, dentre as variáveis analisadas, de educação, saneamento e coleta de lixo.

Veiga (2003), revertido pela concordância nos pensamentos de Caio Prado Jr. no que tange à pobreza rural, levanta a questão da reforma agrária, ou a redução da concentração da propriedade agrária, como fator determinante para a alteração desse cenário rural, somado às estratégias que priorizem a promoção da agricultura familiar em contraponto à patronal, que tem empregado cada vez menos trabalhadores.

Somadas aos aspectos históricos e socioeconômicos mencionados, a Bahia vivenciou, no final da década de 1980, a crise da lavoura cacaueteira, que acometeu o fruto gerador de maior renda do estado, o cacau. De 1990 a 2000, a safra na Bahia foi reduzida de 356 para 98 mil toneladas. A redução abrupta da produção gerou fortes efeitos sociais, econômicos e ambientais para as áreas produtoras e para o estado (BRASIL, 2017). Diante desse cenário, o setor agrícola baiano precisou ser reestruturado e voltado para os ganhos de produtividade (CARVALHO; PIRES; GOMES 2017) e o cultivo do cacau reinventado agora no contexto de cultivo sustentável (PITOMBO, 2019).

O estado baiano mantém o cultivo do cacau, concentrado, predominantemente na denominada “Região Cacaueteira”, composta por 41 municípios. Essa atividade passou por diversas transformações produtivas que influenciaram a dinâmica econômica dos municípios produtores em função do declínio da lavoura, além de enfrentar o êxodo rural e a intensificação da luta pela reforma agrária em áreas ocupadas com a lavoura. Com isso, o setor de serviços passou a se constituir no mais importante setor em termos de participação no Produto Interno Bruto da Bahia (AGUIAR; PIRES, 2019) e, pelas adversidades vivenciadas pela cacauicultura baiana, a região Norte (53,2%), especificamente o estado do Pará, passou a ter maior expressividade em termos de volume produzido (BRAINER, 2021), embora ainda persista a importância da lavoura na Bahia atrelada a fatores históricos, culturais e ambientais (cultivos sob o sistema cabruca no bioma Mata atlântica, permitindo preservar áreas importantes desse bioma e sua biodiversidade). Isso tem estreitado a fronteira rural-urbano ao passar de apenas fornecedor de amêndoas para agregar valor a elas via produção do chocolate, por exemplo, refletindo um novo modelo produtivo regional.

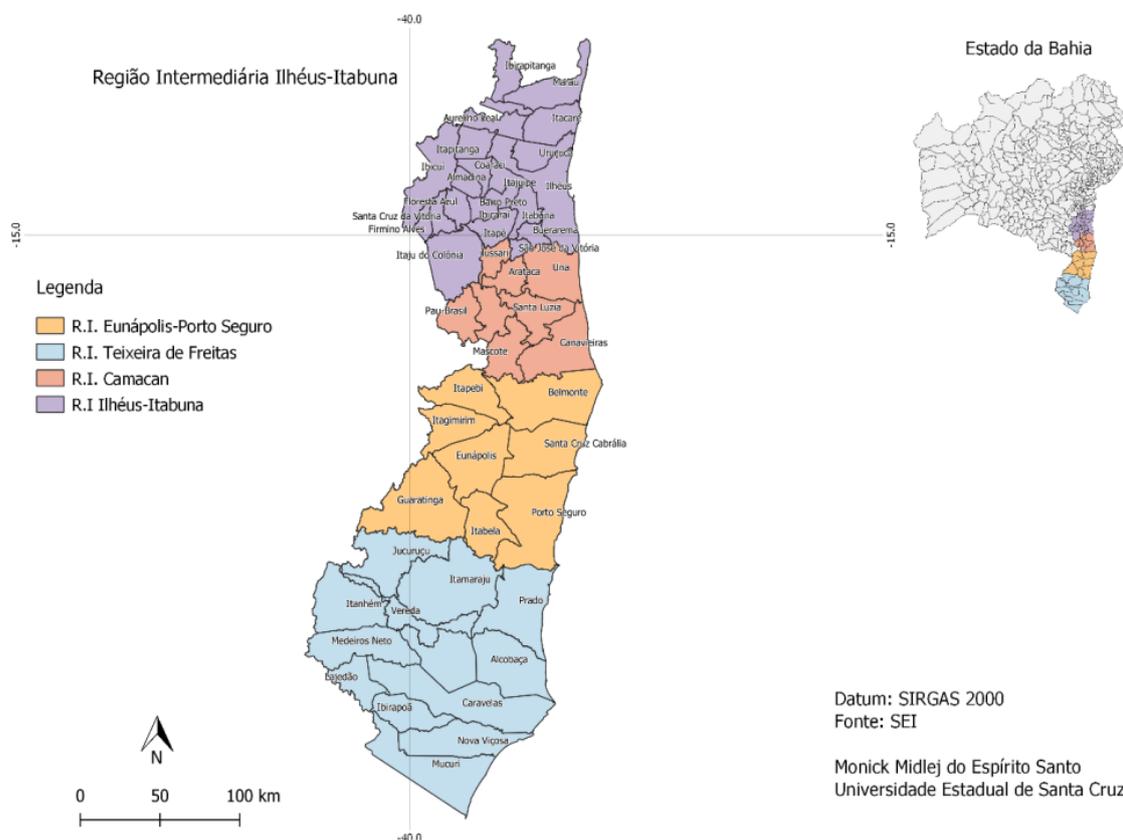
As análises levantadas por Lacerda (2009) e Barbosa (2016), que permeiam a discussão acerca do rural e do urbano, compreendem o espaço rural como um território, sob a ótica pluridimensional, concebido por processos socioeconômicos e políticos. Esse entendimento, trazido por Cerqueira, Neder (2016) e Veiga (2003), é também utilizado nesse trabalho quando fornece informações capazes de auxiliar na formulação de políticas públicas diversas, como aquelas voltadas ao desenvolvimento rural, por exemplo, com vistas à garantia da qualidade de vida e cidadania das populações rurais.

## **METODOLOGIA**

Os procedimentos metodológicos necessários à análise da pobreza multidimensional das zonas urbanas e rurais da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, em 2010, estão detalhados nesta seção. A referida região está localizada no sul e extremo sul do estado da Bahia, sendo composta por 51

municípios e quatro Regiões Imediatas: Ilhéus-Itabuna (22 municípios), Teixeira de Freitas (13 municípios), Eunápolis-Porto Seguro (8 municípios) e Camacan (8 municípios), conforme Figura 1.

Figura 1 - Região Intermediária Ilhéus-Itabuna (BA), 2019.



Fonte - Elaboração própria com base nas informações da SEI (2019a) e do IBGE (2018, p. 20).

O cálculo do IPM foi baseado na metodologia desenvolvida por Alkire e Foster (2008, 2009) a partir da percepção acerca da necessidade de atentar-se às dimensões na busca pela totalidade do desenvolvimento humano (ALKIRE, 2002). O IPM é um índice composto por três dimensões (saúde, educação e padrão de vida) e 10 indicadores: “nutrição”, “mortalidade infantil”, “anos de estudo”, “frequência de crianças à escola”, “combustível para cozinhar”, “saneamento”, “água potável”, “eletricidade”, “pavimento” e “ativos” (bicicleta, moto, carro, trator, rádio, televisão, geladeira e telefone) (ALKIRE; SANTOS, 2010). Esta metodologia é adotada pela Iniciativa de Pesquisa em Pobreza e Desenvolvimento Humano da Universidade de Oxford (OPHI)<sup>4</sup>.

Neste trabalho, os indicadores da metodologia de Alkire e Foster (2008, 2009) foram adaptados de acordo com a disponibilidade de dados para os setores censitários<sup>5</sup>, urbanos e rurais, da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, a partir do Censo Demográfico de 2010 (último censo divulgado pelo IBGE) (Tabela 1). A utilização da escala de setor censitário e a escolha das variáveis que compõem o índice visaram explicitar as heterogeneidades intra e intermunicipais, como também as discrepâncias das realidades urbanas e rurais.

<sup>4</sup>Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI). A OPHI é um centro de pesquisa do Departamento de Desenvolvimento Internacional de Oxford voltada à construção de metodologias sistemáticas que visam a redução da pobreza multidimensional (ALKIRE; FOSTER, 2009).

<sup>5</sup>“(…) unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador” (IBGE, 2019<sup>a</sup>, p.1).

Tabela 1 - Região Intermediária Ilhéus-Itabuna (BA): Composição do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) calculado para os setores censitários urbanos e rurais.

Dimensão	Indicador		Indicador utilizado	
	Original	Utilizado	Critério de Privação	Variável
Saúde	Nutrição Mortalidade infantil	Capacidade de se alimentar e adquirir medicamentos	Renda per capita por domicílio abaixo de ½ salário-mínimo (s.m.)	Custo da cesta básica e gasto com medicamentos
Educação	Anos de estudo Frequência de crianças à escola	Alfabetização na idade de acordo com a legislação brasileira	Pessoas não alfabetizadas acima de 9 anos	Pessoas não alfabetizadas
Padrão de vida	Combustível para cozinhar	Não foi utilizado		
	Saneamento	Esgotamento sanitário	Falta de acesso ao esgotamento sanitário adequado	Domicílios sem banheiro ou com banheiro no qual o esgotamento se dá via fossa rudimentar, vala, rio, mar, lago etc.
	Água potável	Abastecimento de água	Falta de água canalizada	Domicílios com abastecimento de água não proveniente na rede geral (como poço, nascente, chuva etc.)
	Eletricidade	Eletricidade	Ausência de energia elétrica	Domicílios sem energia elétrica
	Pavimento	Não foi utilizado		
	Não há	Coleta de lixo	Ausência de coleta de lixo	Domicílios que queimam, enterram, jogam o lixo em terrenos baldios, logradouros, rio, mar, lago etc.
	Ativos	Aquisição de ativos	Renda domiciliar abaixo de 1 s.m.	Salário-mínimo vigente

Fonte - Adaptado de Alkire e Santos (2010); Martins (2018).

Conforme a Tabela 1, a pobreza multidimensional dos setores censitários, urbanos e rurais, da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, foi estimada a partir de três dimensões: saúde, educação e padrão de vida. Na dimensão saúde, o indicador foi denominado “capacidade de se alimentar e adquirir medicamentos”. Para este indicador considerou-se o critério de privação “rendimento *per capita* por domicílio abaixo de ½ salário-mínimo (SM)”.

Para tanto a variável selecionada foi o “custo da cesta básica e gastos com medicamentos”, em 2010. Verificou-se que o valor médio do custo da cesta básica para os municípios de Itabuna e Ilhéus foi de R\$176,85 (considerando o custo da cesta básica de Itabuna e de Ilhéus, respectivamente, R\$175,16 e R\$178,54), de acordo com dados do projeto Acompanhamento do Custo da Cesta Básica<sup>6</sup> (ACCB, 2019) (Tabela 1).

Caso o valor da renda fosse inferior a esse valor médio, de R\$176,85, considerou-se que o indivíduo era privado de se alimentar e adquirir medicamentos. A capacidade de adquirir medicamentos também se baseou no rendimento *per capita* que devem obter renda mensal igual ou superior a R\$27,12 (IBGE,

<sup>6</sup> Projeto desenvolvido pelo Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz.

2017), após considerar a razão entre o gasto total das famílias em 2010 (R\$62,071 milhões), ou 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB), e a população (190.732.694) no mesmo período.

A dimensão educação foi associada ao indicador “Alfabetização na idade de acordo com a legislação brasileira”, ao critério de privação, “Pessoas não alfabetizadas acima de 9 anos” e à variável “pessoas não alfabetizadas”. Esta variável refere-se às pessoas não alfabetizadas acima de nove anos, alinhando-se ao Decreto Federal Nº 6.094/2007 de 24 de abril de 2007, Art. 2º, inciso II, no qual afirma que a alfabetização deve ser concluída até, no máximo, os oito anos de idade (BRASIL, 2019c) (Tabela 1).

A dimensão padrão de vida incluiu maior número de indicadores, critérios de privação e variáveis. Para o indicador “esgotamento sanitário”, o critério de privação adotado foi “Falta de acesso ao esgotamento sanitário adequado” e a variável selecionada foi “Domicílios sem banheiro ou com banheiro no qual o esgotamento se dá via fossa rudimentar, vala, rio, mar, lago etc”. Ainda na mesma dimensão, o indicador “abastecimento de água”, esteve associado ao critério de privação “Falta de água canalizada” e à variável “Domicílios com abastecimento de água não proveniente na rede geral (como poço, nascente, chuva etc.) (Tabela 1)”.

Também para a dimensão padrão de vida, foi considerado o indicador “eletricidade”, representado pelo critério de privação “Ausência de energia elétrica” e à variável “Domicílios sem energia elétrica”. Do indicador coleta de lixo, critério de privação “Ausência de coleta de lixo” e a variável “Domicílios que queimam, enterram, jogam o lixo em terrenos baldios, logradouros, rio, mar, lago etc.”. Assim, em relação aos indicadores “eletricidade” e “coleta de lixo” foram levantadas informações sobre os domicílios sem acesso, ou acesso inadequado a esses serviços (Tabela 1).

Ademais, a dimensão padrão de vida incluiu o indicador “aquisição de ativos”, relativo ao critério de privação “Renda domiciliar abaixo de 1 S.M.” e à variável “Salário-mínimo vigente” (Tabela 1). Esta variável refere-se à renda mínima no país que é o SM nacional (R\$510,00 para o ano de 2010), conforme previsto no artigo 7º, inciso IV da Constituição Federal de 1988. A carta magna dispõe que o SM, fixado em lei, é um direito dos trabalhadores urbanos e rurais, e deverá ser capaz de suprir as necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família (BRASIL, 2019b).

Para estimar o IPM os dados referentes à todas as variáveis citadas nesta seção foram organizadas no *software Quantum GIS (QGIS)*, versão 3.4.5. O IPM foi calculado pelo produto entre a intensidade da pobreza (A) - ou parcela média de privação entre os pobres, e incidência da pobreza (H) - proporção de pobres, como foi realizado por Alkire e Santos (2010), de acordo com as equações:

$$IPM = A \times H \tag{1}$$

Em que a intensidade da pobreza (A) é descrita por:

$$A = \sum_{i=1}^n Ci(K)/dq \tag{2}$$

Faz-se necessário encontrar a fração de indicadores ponderados em que a pessoa pobre *i* é privada  $Ci(K)/d$ , que deverá ser multiplicado pelo número de pessoas pobres (q) (ALKIRE; SANTOS, 2010).

Já o cálculo da incidência da pobreza (H) é representado pela razão entre o número de pobres (q) e o total de indivíduos (n), como demonstrado:

$$H = q/n \tag{3}$$

Os resultados do IPM, do H e de A foram estruturados em cinco classes (intervalos), as quais se relacionam aos graus de privação, intensidade e incidência da pobreza, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Intervalos do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), Intensidade (H) e Incidência (A) da pobreza sob a ótica multidimensional.

IPM, H, A	Intervalo <sup>7</sup>	Grau de Privação, Intensidade ou Incidência
	0,00	Setor censitário sem informação
	0,00 –  0,25	Baixa
IPM, H, A	0,25 –  0,50	Médio-baixa
	0,50 –  0,75	Médio-alta
	0,75 –  1,00	Alta

Fonte - Elaboração própria.

<sup>7</sup>A presença do traço vertical junto ao valor determinado mostra que ele está incluso no intervalo.

## ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL (IPM) NA REGIÃO INTERMEDIÁRIA ILHÉUS-ITABUNA

A pobreza multidimensional nas zonas rurais e urbanas da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna para o ano de 2010 está detalhadamente disposta nesta seção e seu resultado é fruto de uma pesquisa mais ampla escrita por Espírito Santo (2020). Isso posto, a pobreza é apresentada e discutida por meio do IPM. Ao analisar o grau de privação, por meio do IPM, nota-se que a maioria dos setores localizados nas zonas rurais exibiam índices de pobreza multidimensional com privação, predominantemente, médio-alto (64,89%), enquanto nos setores das zonas urbanas esses índices eram médio-baixo (51,84%) e baixo (46,35%) (Tabela 3).

Tabela 3 - Região Intermediária Ilhéus-Itabuna (BA): Grau de privação, de acordo com o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), para os setores censitários urbanos e rurais, 2010.

Grau de Privação	Setores Urbanos (%)	Setores Rurais (%)
-*	0,06	2,91
Baixa	46,35	0,97
Médio-Baixa	51,84	29,87
Médio-Alta	1,75	64,89
Alta	0	1,36
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

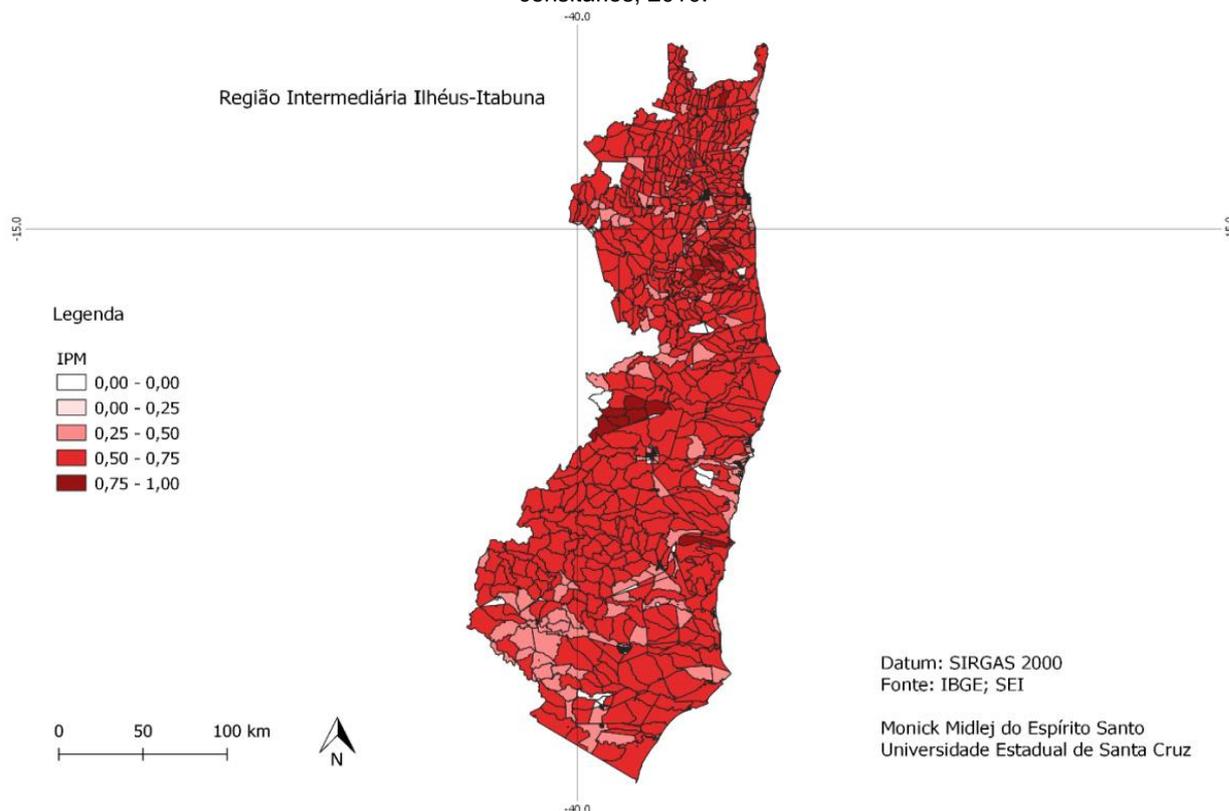
Nota - \*representa a ausência de informação para o setor.

Normalmente, nas zonas urbanas a oferta de serviços como esgotamento sanitário, fornecimento de água, eletricidade, coleta de lixo, educação e oportunidades de renda, é mais expressiva e abrangente para os domicílios lá localizados, comparativamente às zonas rurais, em que muitas vezes boa parte desses serviços inexistem. Tal fato é ressaltado por Santos e Silveira (2011, p.280), quando afirmam que as cidades (como a parte urbana dos municípios) são provedoras de atividades urbanas como “o consumo de educação, de saúde, de lazer, de religião, de informação geral ou especializada e o consumo político, na forma do exercício da cidadania”. Ademais, Sposito (1988, p.74) salienta que em “[...] nível intra-urbano, o poder público escolhe seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os lugares da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo”. Nesse contexto, os resultados aqui expressos permitem reforçar o exposto por esses autores em que os lugares mais afastados das áreas urbanizadas acabam tendo pouco ou nenhum acesso às políticas públicas, sendo assim abandonados e daí se “instala” a pobreza, por encontrar um ambiente “apropriado”.

Observando espacialmente os valores do IPM para os setores censitários da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, vê-se que predominavam índices de pobreza multidimensional com privação médio-

baixa (valor médio de 40,87% entre os setores urbanos e rurais) e médio-alta (valor médio de 33,32% entre os mesmos setores) nos municípios que compõem essa região. Como os setores rurais ocupam maior extensão territorial, essa privação aparentava ser ainda maior quando exposta no mapa. 64,89% dos setores rurais apresentavam IPM com privação médio-alta, enquanto somente 1,75% dos setores urbanos registraram este nível de privação (Figura 2).

Figura 2 - Região Intermediária Ilhéus-Itabuna (BA): Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) nos setores censitários, 2010.



Fonte - Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2010).

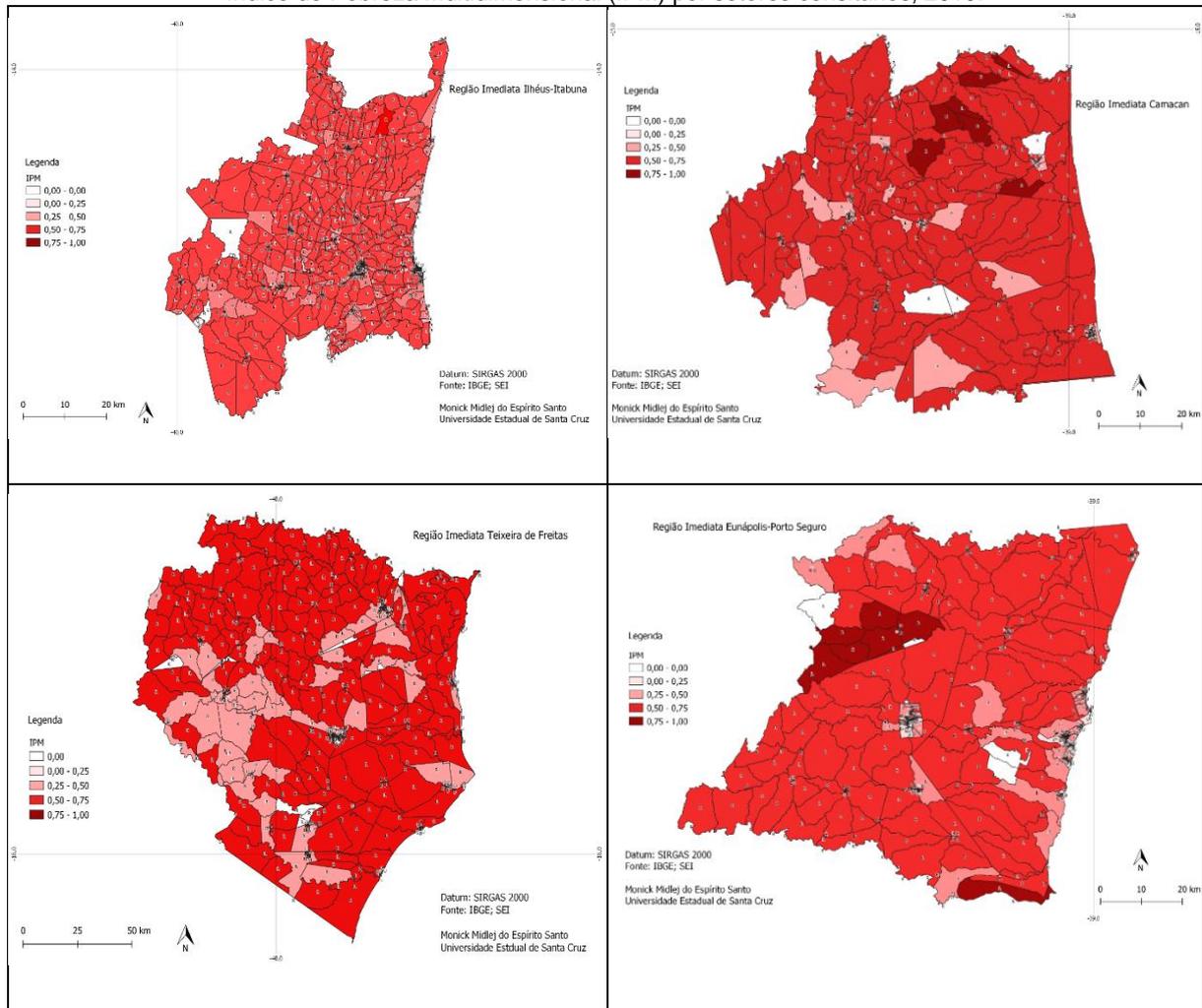
Nota - O ponto "0,00 – 0,00", representado pela cor branca, indica ausência de informação para o setor.

Sob essa condição tem-se uma pobreza latente, carregada de heterogeneidades entre zonas rurais e urbanas da região em estudo, remetendo à falta de um arranjo institucional, e conforme aponta Veiga (2003, p. 49) "que ajude articulações intermunicipais a diagnosticar os principais problemas rurais de suas respectivas microrregiões, planejar ações de desenvolvimento integrado, e captar os recursos necessários à sua execução", e assim mitigar problemas dessa natureza.

Visualizando mais detalhadamente o IPM da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna por suas quatro Regiões Imediatas, nota-se que a pobreza multidimensional se distribuiu de forma distinta entre e dentro dessas regiões (Figura 3).

Na Região Imediata de Ilhéus-Itabuna a maioria (68,5%) dos setores da zona rural apresentava IPM no intervalo de privação médio-alta. Nesse mesmo intervalo alocaram-se apenas 1,82% dos setores da zona urbana. Já no intervalo de privação baixa encontravam-se 51,89% dos setores urbanos e 2,25% dos rurais, percentuais que denotam diferenças entre essas duas zonas.

Figura 3 - Regiões Imediatas de Ilhéus-Itabuna, Camacan, Teixeira de Freitas e Eunápolis-Porto Seguro (BA): Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) por setores censitários, 2010.



Fonte - Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2010).

Nota - O ponto "0,00 – 0,00", representado pela cor branca, indica ausência de informação para o setor.

A Região Imediata de Camacan apresentou o IPM dos setores urbanos predominantemente caracterizado como de privação médio-baixo (74,65%), ao passo que a Regiões Imediatas de Ilhéus-Itabuna, Teixeira de Freitas e Eunápolis-Porto Seguro abarcaram 46,29%, 56,04% e 49,16% dos mesmos setores, respectivamente. A menor concentração percentual nesse intervalo se dá pela distribuição ao intervalo de privação baixa, o que revela que os indivíduos da Região Imediata de Camacan que se situavam na zona urbana eram mais pobres comparativamente aos indivíduos da mesma zona nas demais regiões. Os setores da zona rural também apresentavam percentuais maiores do IPM no intervalo de privação médio-alta (78,57%), se comparado às demais regiões em estudo (68,5%, 55,25% e 59,32%).

Já a Região Imediata de Teixeira de Freitas evidencia privações dos setores rurais em duas classes: médio-baixa (40,90%) e médio-alta (55,25%). E na zona urbana, os setores, predominantemente, apresentavam IPM com privações baixa (42,6%) e médio-baixa (56,04%). O IPM na Região Imediata de Eunápolis-Porto Seguro, semelhante a Região Imediata de Ilhéus-Itabuna, tem dois centros urbanos evidenciados (as próprias cidades de Porto Seguro e Eunápolis), com heterogeneidades na sua zona rural, na qual predominavam setores com privações médio-baixa (34,46%) e médio-alta (59,32%), e sete setores com IPM com privação alta (com valores que chegavam a 0,96). Já a zona urbana, semelhante às outras três Regiões Imediatas, apresentava privações baixa e médio-baixa (49,16% ambas), com poucos setores com privação médio-alta (1,44%).

Tais resultados levam-nos a inferir que o rural na região estudado é heterogêneo, pois cada região possui suas singularidades, pois enquanto a produção de cacau se mostra relevante na Região Imediata de Camacan, na Região Imediata Eunápolis-Porto Seguro, predomina os cultivos de eucalipto, e cada uma delas com distintos atores e arranjos produtivos. Além disso, há também aspectos relacionados à diversificação da matriz produtiva, pois isso gera maior dependência e crises, se houver, quanto menos diversa for, e isso pode ser observado quando se compara as economias dos municípios da Região Imediata de Ilhéus-Itabuna com aqueles das Regiões Imediatas de Teixeira de Freitas e Eunápolis-Porto Seguro, em que essas duas últimas são mais diversificadas. Destarte, tais elementos têm efeitos diretos sobre a pobreza, pois denotam as formas viabilizadas localmente, e conforme aponta Mira (2013) implicam em ações sociais e econômicas.

## INTENSIDADE E INCIDÊNCIA DA POBREZA NA REGIÃO INTERMEDIÁRIA ILHÉUS-ITABUNA

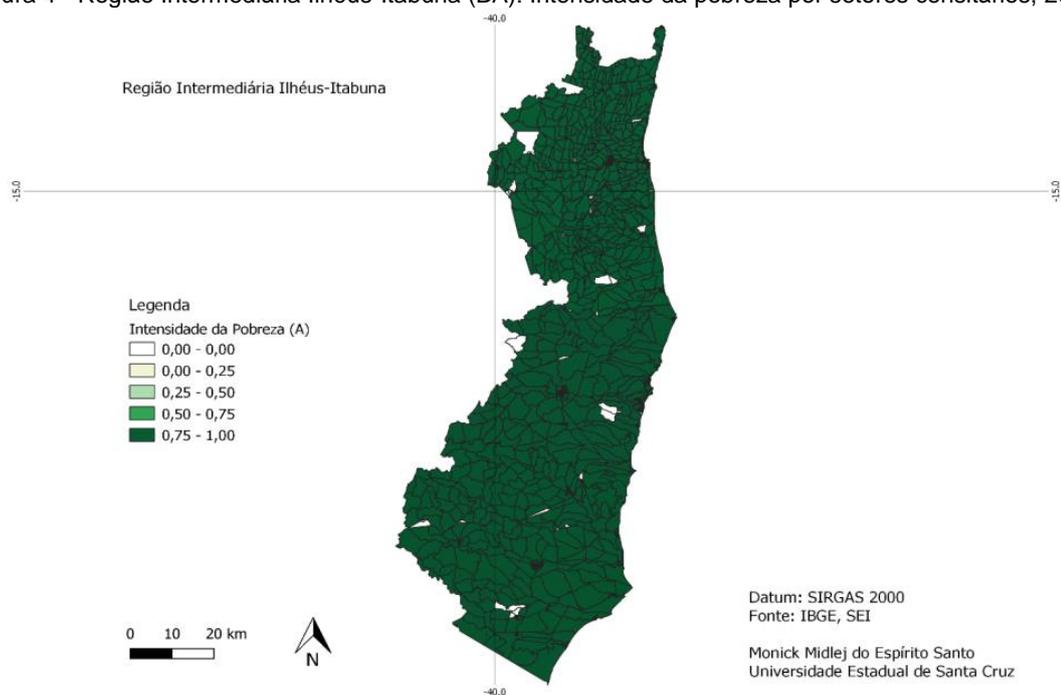
Esta seção destrincha o IPM por seus componentes intensidade e incidência da pobreza nos setores censitários da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, em 2010. Ressalta-se que a incidência da pobreza corresponde a proporção da população multidimensionalmente pobre em relação ao total, ao passo que a intensidade reflete o nível de privação daqueles considerados pobres. A Tabela 4 e a Figura 4 trazem a intensidade da pobreza a partir do percentual em cada grau de privação estabelecido.

Tabela 4 - Região Intermediária Ilhéus-Itabuna (BA): Grau de intensidade do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) por setores censitários urbanos e rurais, 2010.

Grau de Intensidade	Setores Urbanos (%)	Setores Rurais (%)
-*	0,06	2,91
Baixa	0	0
Médio-Baixa	0,23	0
Médio-Alta	2,16	0,58
Alta	97,55	96,51
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Nota - \*representa a ausência de informação para o setor.

Figura 4 - Região Intermediária Ilhéus-Itabuna (BA): Intensidade da pobreza por setores censitários, 2010.



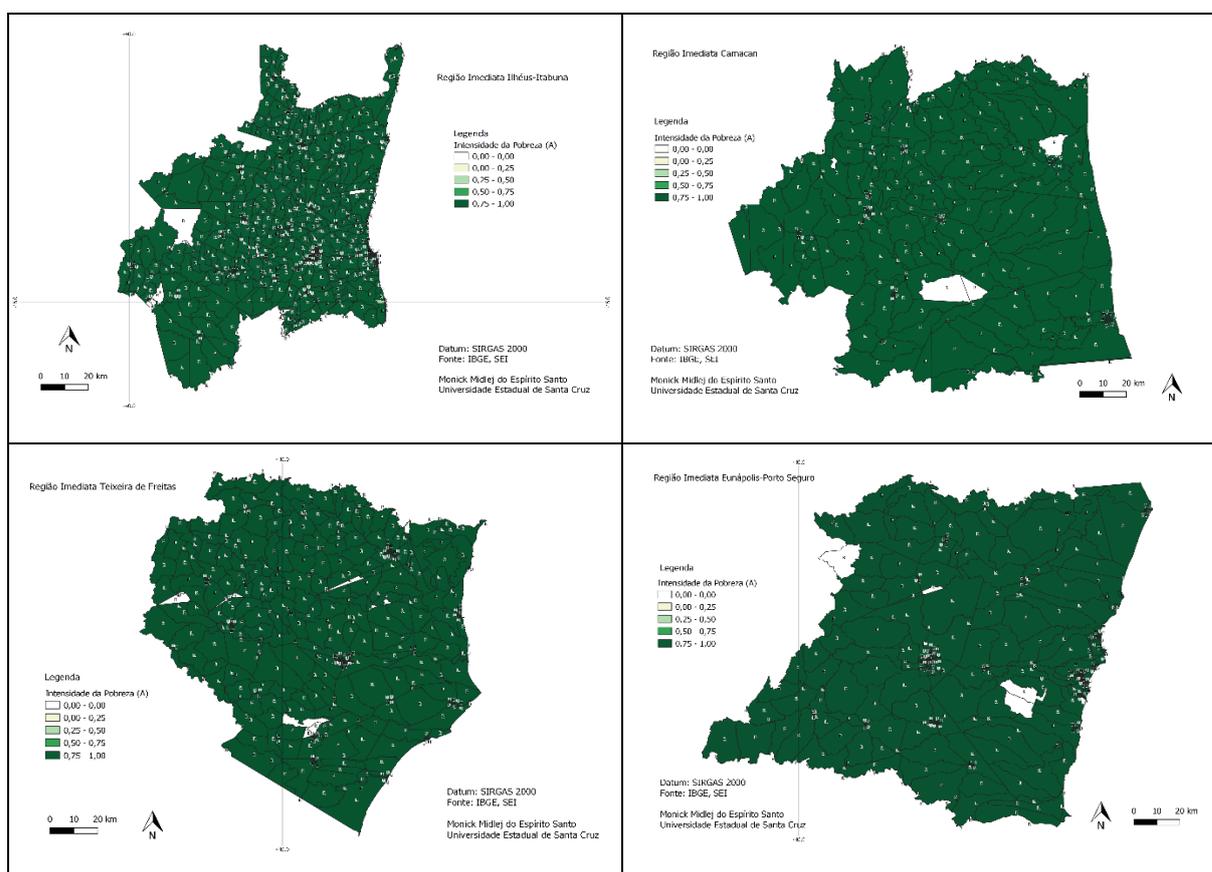
Fonte - Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2010).

Nota - O ponto "0,00 – 0,00", representado pela cor branca, indica ausência de informação para o setor.

A intensidade da pobreza sob a ótica multidimensional mostrou-se alta e semelhante nos setores das zonas urbanas e rurais, representadas por 97,55% e 96,51%, respectivamente (Tabela 4). Essa semelhança na intensidade da pobreza evidencia que todos os indivíduos, moradores de zonas urbana ou rural, possuem alto nível de privação medida pelos indicadores renda, energia elétrica, coleta de lixo, educação, água canalizada e esgotamento sanitário.

Observa-se semelhança na intensidade da pobreza nas Regiões Imediatas de Ilhéus-Itabuna, Camacan, Teixeira de Freitas e Eunápolis-Porto Seguro, conforme exposto na Figura 5, como também entre zonas rurais e urbanas, que atingia ao menos 95% dos setores censitários. Dentre as Regiões Imediatas, Ilhéus-Itabuna apresentou o menor percentual na classe de intensidade alta dos setores urbanos e rurais, comparativamente às demais regiões imediatas analisadas. Mesmo assim, com percentual superior a 95%. Já Região Imediata de Teixeira de Freitas apresentou o maior percentual de setores urbanos com intensidade alta e a Região Imediata de Eunápolis-Porto Seguro o maior percentual de setores rurais com esta mesma intensidade.

Figura 5 - Regiões Imediatas de Ilhéus-Itabuna, Camacan, Teixeira de Freitas e Eunápolis-Porto Seguro (BA): Intensidade da pobreza por setores censitários, 2010.



Nota - O ponto "0,00 – 0,00", representado pela cor branca, indica ausência de informação para o setor.

A incidência da pobreza foi distinta entre as zonas rurais e urbanas na Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, pois 70,42% dos setores censitários das zonas rurais apresentaram média-alta incidência da pobreza, enquanto apenas 2,33% dos setores urbanos situavam-se nessa classe. Em 63,05% dos setores urbanos a incidência foi médio-baixa, e nos setores rurais esse percentual para essa mesma classe foi 26,09% (Tabela 5).

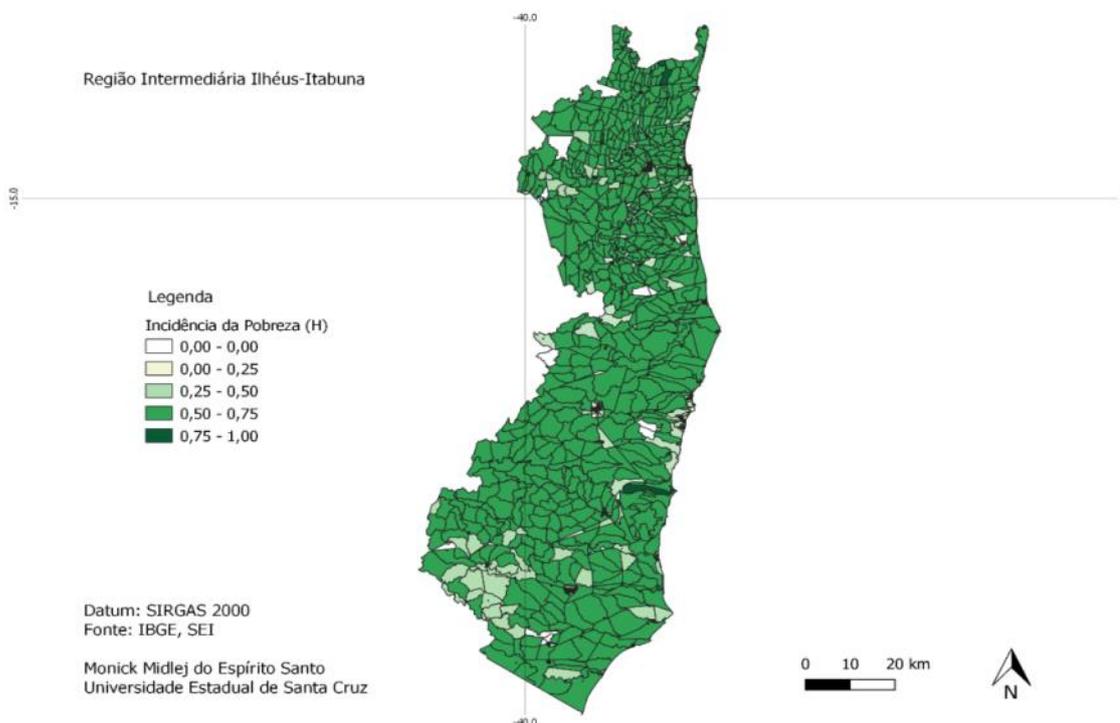
Tabela 5 - Região Intermediária Ilhéus-Itabuna (BA): Grau de incidência da pobreza do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) por setores censitários urbanos e rurais, 2010.

Grau de Incidência	Setores Urbanos (%)	Setores Rurais (%)
-*	0,06	2,81
Baixa	34,56	0,39
Médio-Baixa	63,05	26,09
Médio-Alta	2,33	70,42
Alta	0	0,29
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Nota - \*representa a ausência de informação para o setor.

Notou-se que a pobreza possui médio grau de incidência, independentemente se o setor é urbano ou rural, embora seja maior o grau de incidência nas zonas rurais, haja vista que nas zonas urbanas seja médio-baixa (63,05%) e baixa (34,56%), enquanto nas zonas rurais seja médio alta (70,42%) e médio-baixa (26,09%) e 0,29% seja alta, de acordo com o exposto na Tabela 5. O mapa da incidência da pobreza por setores censitários da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna é exibido na Figura 6, revelando que nos setores rurais houve alta incidência da pobreza.

Figura 6 - Região Intermediária Ilhéus-Itabuna (BA): Incidência da pobreza por setores censitários, 2010.



Fonte - Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2010).

Nota - O ponto "0,00 – 0,00", representado pela cor branca, indica ausência de informação para o setor.

Ao comparar as quatro Regiões Imediatas analisadas neste trabalho, vê-se pouca heterogeneidade nos resultados relativos à incidência da pobreza (Figura 7). Em todas as Regiões Imediatas a pobreza apresentou, predominantemente, incidência médio-alta para os setores rurais (ao menos 62% dos setores), e incidência médio-baixa nos setores urbanos (ao menos 57% dos setores).

Dentre as quatro regiões analisadas, a Região Imediata de Camacan apresentou o maior percentual dos setores urbanos com grau de incidência médio-baixa (83,80%) e o menor percentual com grau de incidência baixa (13,38%), além de apresentar o maior percentual dos setores rurais com grau de incidência médio-alta (82,74%), similar ao observado para o IPM.

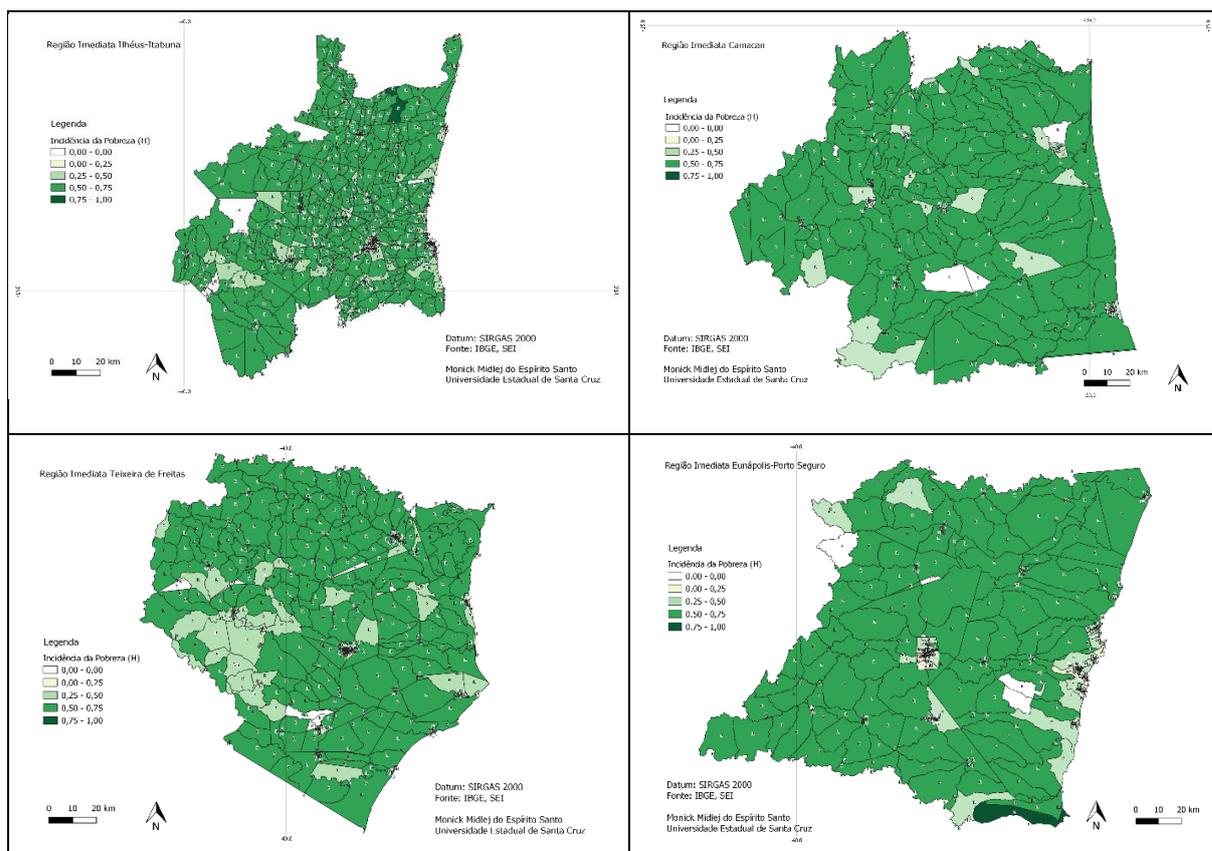
A Região Imediata de Ilhéus-Itabuna apresentou o maior percentual dos setores urbanos com grau de incidência médio-baixa (57,9%). Já os setores rurais concentraram-se no grau de incidência médio-alta (72%).

A Região Imediata de Teixeira de Freitas exibiu o menor percentual dos setores rurais com grau de incidência médio-alta (62,58%) e apenas 2,05% dos setores urbanos encontravam-se na mesma classe. Os setores urbanos predominaram, então, na classe médio-baixa (66,52%).

A Região Imediata de Eunápolis-Porto Seguro apresentou 67,8% dos setores rurais com grau de incidência médio-alta, enquanto 2,16% dos setores urbanos encontravam-se na mesma classe. Estes setores, então, concentraram-se na classe médio-baixa (61,15%).

As regiões apresentam resultados similares quanto à ausência de registro de setores urbanos com alta incidência da pobreza e aqueles com incidência médio-alta não ultrapassam 3%. Os setores rurais com alta incidência não ultrapassam 1% na Região Imediata de Ilhéus-Itabuna e Eunápolis-Porto Seguro. Não há setores rurais e urbanos com alta incidência da pobreza na Região Imediata Teixeira de Freitas e Camacan.

Figura 7 - Regiões Imediatas de Ilhéus-Itabuna, Camacan, Teixeira de Freitas e Eunápolis-Porto Seguro (BA):  
Incidência da pobreza por setores censitários, 2010.



Nota - O ponto "0,00 – 0,00", representado pela cor branca, indica ausência de informação para o setor

Intermediária Ilhéus-Itabuna, para o ano de 2010. Em média, a maior privação percentual por habitantes estava associada à aquisição de ativos (79,7%), em seguida de esgotamento sanitário (59,4%), da capacidade monetária de se alimentar e adquirir medicamentos (51,6%), da coleta de lixo (41,5%), do abastecimento de água (44,2%), da educação (35,9%) e, por último, da energia elétrica (22%).

Nas zonas rurais, especificamente, a oferta dos serviços básicos é precária, pois os indicadores analisados mostraram alto percentual de privação por habitantes. Desses o acesso à energia elétrica (média de 20% dos habitantes dos municípios são privados) e educação (em média 40% dos habitantes acima de nove anos de idade não são alfabetizados), apresentaram as menores privações.

Os dados utilizados neste trabalho refletem uma realidade de 2010, porém muitos deles são resultados de políticas públicas adotadas ao longo do tempo. Um exemplo é o acesso à energia elétrica que tem uma cobertura relativamente alta na área estudada, resultado do Programa Luz Para Todos, implantado através do Decreto nº 4.873 de 11 de novembro de 2003. Este programa objetivava levar energia às pessoas do meio rural e, até meados de 2017, já havia atendido mais de 16 milhões de pessoas na área rural do país (BRASIL, 2019a).

Sobre a capacidade monetária de adquirir alimentos e medicamentos, cujo valor deveria ser de pelo menos  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo, tem-se que, em média, 56,6% dos habitantes da zona rural eram privados dessa capacidade. Entretanto, pode haver um viés associado a isso, pois muitas vezes a família que reside no meio rural produz alimentos utilizados na sua subsistência, e que não é considerado estatisticamente na forma de coleta desse tipo de dado.

Ainda sob a ótica da renda, a capacidade de adquirir ativos exibe um percentual ainda maior de privação, uma vez que o indivíduo deveria receber pelo menos um salário-mínimo. Em média, 83,2% dos habitantes da zona rural estavam privados dessa condição, e dessa forma sem acesso à aquisição de itens como bicicleta, moto, trator, rádio, televisão, geladeira e telefone.

Na zona rural, os três indicadores que exibiram privações ainda mais preocupantes foram: esgotamento sanitário (84,6%), abastecimento de água (78,6%) e coleta de lixo (77,8%), serviços públicos que não eram ofertados à população rural fazendo com que, quase a totalidade dela, se encontrasse privada e não tivesse acesso ou se houvesse era de acesso inadequado. Tais condições afetam o padrão e a qualidade de vida, a saúde do indivíduo, e a possibilidade de atividades adicionais de renda como turismo no meio rural para o trabalhador do campo, além das relevantes questões ambientais envolvidas pela ausência da oferta desses serviços (BRASIL, 2019e).

Destarte, as discussões acerca do processo de desenvolvimento de uma região incluem, também, um olhar para o rural e urbano, de maneira que os diferentes setores das economias locais estejam articulados na busca por mitigar as inúmeras desigualdades existentes dentro e entre regiões (VEIGA, 2003), de maneira a dinamizar as atividades rurais na geração de renda e, daí solucionar problemas associados à pobreza. Ademais, tem-se as heterogeneidades entre e dentro das regiões, como também das zonas rurais e urbanas, o que nos mostra que essas especificidades devem ser observadas no desenho das políticas, de maneira que possa atingir o objetivo desejado que é a redução dessa pobreza entre e dentro das regiões.

As zonas urbanas dos municípios em estudo contrastam com a realidade vivenciada nas zonas rurais. Os três indicadores que apresentaram maiores privações percentuais nas zonas rurais, abastecimento de água, esgotamento sanitário e destino do lixo, agora não são os principais destaques, representando 9,7%, 34,2% e 5,2% dos habitantes privados, respectivamente.

Apesar de não aparecer de forma tão alarmante nas zonas urbanas, se comparada a zona rural, a falta de acesso ao saneamento básico no Brasil tem perdurado. Em 2010, mais de 1/3 da população urbana e mais de 80% da população rural foram privadas desse serviço, que, o qual possui relação estreita com a mortalidade infantil, por exemplo. Sobre o acesso à energia elétrica, apenas 1,7% dos habitantes da zona urbana dos municípios em estudo são privados, ao passo que 20% da população rural ainda não tinha acesso.

Na zona urbana, em média 30,9% dos habitantes não são alfabetizados até os nove anos de idade, comparado aos 40,8% da zona rural. Os dois indicadores que apresentaram maiores privações percentuais na zona urbana estão relacionados à renda (aquisição de ativos, 76,1% em média, e capacidade monetária de se alimentar e adquirir medicamentos, 46,6% em média). Ou seja, são

privações fortemente relacionadas à provisão de empregos, que geram renda à população, estimula o consumo e alimenta novos encadeamentos econômicos.

São resultados que dimensionam quão complexo é tratar da pobreza (sob múltiplos aspectos) em consonância com sua distribuição entre as zonas rural e urbana da região em estudo. Por isso, ressalta-se a importância de se atentar as especificidades ao planejar uma política pública, visando torná-la mais efetiva e eficaz – uma vez que um município pode exibir diferentes demandas. E sobretudo, ressalta-se a importância de formular e implementar tais políticas, pois elas têm fundamental importância – sobretudo em países desiguais, como o Brasil, na tentativa de tornar equitativas as oportunidades e condições de vida (SILVA, 2012) – e a erradicação da pobreza é o primeiro passo para o alcance do desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a pobreza sob a ótica multidimensional para a Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, em 2010, foi possível verificar que ela se revelou mais latente nas zonas rurais quando comparadas às urbanas, mostrando heterogeneidades associadas especialmente à oferta de serviços públicos básicos. Na precarização ou ausência dos serviços básicos, o alto percentual de municípios com uma infraestrutura débil repercutiu em diferentes indicadores como educação, saúde e renda, retroalimentando a dicotomia urbano-rural originada do processo histórico, social, econômico, cultural e institucional do país, somado aos acometimentos locais vivenciados, responsáveis por remontar as relações de trabalho, sociais e infraestruturais.

A metodologia aplicada permitiu demonstrar as disparidades acerca do fenômeno pobreza entre as zonas rural e urbana, sem qualificá-las entre “melhor” ou “pior”, mas que existe um conjunto de elementos que as distinguem, seja pela ausência ou presença de determinados elementos (expressados pelos indicadores) nos domicílios urbanos e rurais, resultantes do acesso às ações e medidas de políticas.

No que tange às zonas rurais, que exibiram índices de pobreza alarmantes, faz-se necessária a formulação de políticas específicas com vistas à promoção da agricultura familiar, por exemplo, pois possibilitaria dinamizar as economias locais, além dos empregos diretos e indiretos que poderiam ser gerados. Nesse sentido, observar as dimensões que caracterizam o cálculo do IPM é importante, pois assim as ações podem priorizar aquelas que se encontram em situação mais precária e articular medidas que permitam reduzir substancialmente a pobreza.

Das Regiões Imediatas analisadas, Ilhéus-Itabuna e Eunápolis-Porto Seguro se assemelham quanto à existência de dois centros urbanos, na de Teixeira de Freitas notou-se uma dualidade mais acentuada entre os setores urbanos e rurais, ao passo que na de Camacan foram verificados os maiores índices de pobreza tanto nas zonas rurais quanto urbanas. Dessa forma, é importante se aprofundar mais acerca dos elementos que levaram à “construção” dessa realidade, de maneira a identificar fatores que a levaram a essa condição.

Dessa forma, os esforços para minimizar os impactos negativos da pobreza devem considerar as singularidades locais de maneira a atingir maior efetividade das ações de políticas intra e inter-regional. Muitas ações devem ser realizadas de maneira conjunta entre os municípios, como por exemplo o descarte dos resíduos sólidos, fornecimento de energia elétrica, estradas etc.

Diante do exposto, espera-se que os elementos aqui apontados possam gerar além de debates e discussões acerca da pobreza, mais ações e medidas de política que acentuem os elementos positivos presentes nos municípios e amplie ou proporcione a oferta de serviços básicos à população, das zonas rural e urbana, de maneira que não sejam privados de liberdade e possam realmente fazer escolhas. É essencial para o exercício da cidadania que os direitos da população sejam garantidos, refletindo positivamente na manutenção da saúde, qualidade de vida, educação e meio ambiente.

Aqui foram levantados e tratados alguns aspectos sobre a pobreza e aplicação de ferramenta de análise. Muitos outros aspectos e abordagens são importantes, pois permitem destrinchar esse fenômeno, tão presente nas regiões analisadas, e propor soluções ou novas políticas públicas de maneira que sejam mais assertivas e resultem na presença cada vez menor dessa pobreza. Os resultados apresentados podem subsidiar ações à mitigação da pobreza, com vistas a atingir o primeiro Objetivo do Desenvolvimento Sustentável, ao se olhar mais amiúde para as dimensões e seus

componentes tratados na estimação do IPM. Não é sutil o diálogo que os conceitos abordados fazem entre si, pois esses estão emaranhados ao processo de formação socioeconômica do Brasil, que envolvem a industrialização, a urbanização e as políticas implementadas que resultaram na atual e complexa realidade vivenciada. Dessa forma, muito há ainda a se tratar sobre a temática central abordada neste trabalho, com vistas a entender o fenômeno na busca por maior justiça social.

## AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que tornou a pesquisa possível ao dispor dos seus recursos para a pesquisa, por meio da concessão da bolsa de mestrado à primeira autora.

## REFERÊNCIAS

- ACCB - ACOMPANHAMENTO DO CUSTO DA CESTA BÁSICA. (Departamento de Ciências Econômicas - UESC). **Boletins**. 2010. Disponível em: [http://nbcgib.uesc.br/cesta/area\\_publica/boletim.php](http://nbcgib.uesc.br/cesta/area_publica/boletim.php). Acesso em: 02 de setembro de 2019.
- AGUIAR, P. C. B. de; PIRES, M. de M. A região cacauífera do sul do estado da Bahia (Brasil): crise e transformação. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 28, n. 1, p. 192-208, 2019. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v28n1.67437>
- ALKIRE, S. Dimensions of human development. **World Development**. England: vol. 30, n. 2, p.181-205, 2002.
- ALKIRE, S., FOSTER, J. **Counting and Multidimensional Poverty Measurement**. OPHI, 2008 (Revised May 2008). Working paper n° 7. Disponível em: [https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp7\\_vs2.pdf](https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp7_vs2.pdf). Acesso em: 03 de fevereiro de 2022.
- ALKIRE, S., FOSTER, J. **Counting and Multidimensional Poverty Measurement**. OPHI, 2009. working paper n° 32. Disponível em: <http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp32.pdf>. Acesso em: 29 de outubro de 2018.
- ALKIRE, S., SANTOS, M. E. **Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries**. OPHI, 2010. Working paper n° 38. Disponível em: <http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp38.pdf>. Acesso em: 29 de outubro de 2018. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1815243>
- BARBOSA, C. R. POBREZA RURAL SOB A ÓTICA MULTIDIMENSIONAL E ESTRUTURA FUNDIÁRIA: uma análise do Estado da Bahia. **Dissertação** (Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas) – Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz. 2016.
- BRAINER, M. S. de. C. P. **Produção de Cacau**. Caderno Setorial ETENE. 2021. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/650/3/2021\\_CDS\\_149.pdf](https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/650/3/2021_CDS_149.pdf). Acesso em: 05 de janeiro de 2021.
- BRASIL. INSTITUTO TRATA BRASIL. **O que é saneamento**. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/o-que-e-saneamento>. Acesso em: 31 de janeiro de 2019e.
- \_\_\_\_\_. INSTITUTO TRATA BRASIL. **Principais estatísticas**. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas>. Acesso em: 31 de janeiro de 2019d.
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Cacau da Bahia: 70% da produção nacional**. Brasília/DF, 2017. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/cacau-da-bahia-70-da-producao-nacional>. Acesso em: 24 de outubro de 2019.
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **O Programa de Eletrificação Rural**. Disponível em: [https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o\\_programa.asp](https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp). Acesso em: 06 de outubro de 2019a.
- \_\_\_\_\_. PLANALTO. **DECRETO Nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm). Acesso em: 19 de outubro de 2019c.
- \_\_\_\_\_. SENADO FEDERAL. **Art. 7º**. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_15.12.2016/art\\_7\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_7_.asp). Acesso em: 16 de outubro de 2019b.

CARVALHO, N. B.; PIRES, M. M.; GOMES, A. S. Capital humano e tecnologia: análise da produtividade agrícola da Bahia. **Revista de geografia agrária**, v. 12, p. 265-288, 2017. <https://doi.org/10.14393/RCT122612>

CERQUEIRA, C. A. de; NEDER, H. D. **Referencial metodológico para demarcação homogênea de um território**. Cap. 7, p. 135-150, 2016.

CRUZ, B. O. (Org.); FURTADO, B. A. (Org.); MONASTERIO, L. M. (Org.); RODRIGUES JR., W. (Org.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. 1. ed. Brasília: IPEA, v. 1, 408p, 2011.

DINIZ, M. B.; DINIZ, M. M. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio. **Revista de Economia Aplicada**, vol. 13, n. 3, p. 339-423, jul/set, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1413-80502009000300003>

ESPÍRITO SANTO, M. M. do. ANÁLISE DA POBREZA SOB A ÓTICA MULTIDIMENSIONAL NA REGIÃO INTERMEDIÁRIA ILHÉUS-ITABUNA, ESTADO DA BAHIA. **Dissertação** (Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas) – Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz. 2020.

ESPÍRITO SANTO, M. M. do; MATOS, J. S. M. de; SANTOS, S. A., GOMES, A. da S.; CARVALHO, A. L. Um estudo sobre a emergência das abordagens com múltiplos aspectos nas análises socioeconômicas e ambientais. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Espanha, v. jan, p. 1-26, 2019.

FAHEL, M.; TELES, L. R.; CAMINHAS, D. A. PARA ALÉM DA RENDA. Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 1-21, 2016. <https://doi.org/10.17666/319205/2016>

FORNAZIER, A.; PERAFÁN, M. E. V. Os arranjos das políticas territoriais no estado da Bahia. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 5, 2018.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico – Tabelas – Agregados por Setores Censitários**. 2010. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10410&t=resultados>. Acesso em: 29 de outubro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/operacao-censitaria.html>. Acesso em: 28 de agosto de 2019a.

\_\_\_\_\_. **Conta-satélite de saúde: Brasil: 2010-2015**. 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101437.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

\_\_\_\_\_. **Nova proposta de classificação territorial mostra um Brasil menos urbano**. 2017a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15007-nova-proposta-de-classificacao-territorial-mostra-um-brasil-menos-urbano>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Divisões Regionais do Brasil**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 19 de novembro de 2018.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030 – ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2018. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801\\_ods\\_metas\\_nac\\_dos\\_obj\\_de\\_desenv\\_susten\\_propos\\_de\\_adequa.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf). Acesso em: 22 de agosto de 2020.

LACERDA, F. C. C. A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. 2009.

MARON, W. (Dir.) Bahia tem 13% em extrema pobreza. **Jornal Correio**, Salvador, 07 nov. 2019. Seção Minha Bahia. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bahia-tem-13-em-extrema-pobreza/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

MARTINS, H. M. de O. ANÁLISE DA ESPACIALIDADE DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NOS MUNICÍPIOS DE ITABUNA E ILHÉUS A PARTIR DOS SETORES CENSITÁRIOS. **Dissertação** (Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas) – Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz. 2018.

MIRA, Elson Cedro. Mudança institucional e reconversão produtiva no sul da Bahia. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2013.

MOURA, R.; OLIVEIRA, S.; PÊGO FILHO, B. **Escalas da urbanização brasileira**. Rio de Janeiro: Texto para Discussão 2372, 2018.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 04 de abril de 2019.

PIRES, M. DE M.; MOROLLÓN, F. R.; GOMES, A. da S.; POLÊSE, M. **ECONOMIA URBANA E REGIONAL: território, cidade e desenvolvimento**. Ilhéus: Editus - Editora da UESC, 2018. <https://doi.org/10.7476/9788574554884>

PITOMBO, J. P. **Cacau da Bahia se reinventa e aposta em novo ciclo após vassoura-de-bruxa**. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/cacau-da-bahia-se-reinventa-e-aposta-em-novo-ciclo-apos-vassoura-de-bruxa.shtml>. Acesso em: 25 de outubro de 2019.

PRATES, E. M. POBREZA NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA: uma análise a partir da abordagem multidimensional. **Dissertação** (Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas) – Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz. 2016.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O BRASIL: território e sociedade no início do século XXI**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. <https://doi.org/10.5654/actageo2011.0001.0011>

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, C. L. (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

SILVA JÚNIOR, L. H. da. Pobreza na população rural nordestina: análise de suas características durante os anos noventa. 2006. **Revista do BNDES**, v. 13, n. 26, p. 275-290, 2006.

SPOSITO, M. E. **Capitalismo e urbanização**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 1988.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Limites territoriais – Limites municipais – Arquivos vetoriais – Divisão político-administrativa**. 2019a. Disponível em: [https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2617&Itemid=537](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2617&Itemid=537). Acesso em: 30 de agosto de 2019.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **6 em cada 10 crianças e adolescentes brasileiros vivem na pobreza**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unicef-6-em-cada-10-criancas-e-adolescentes-brasileiros-vivem-na-pobreza/>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

VAINER, C. B.; SMOLKA, M. O. Em tempos de liberalismo: Tendências e desafios do planejamento urbano no Brasil. In: PIQUET, Rosélia (Org.); RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar Ed., 1991.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2 ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003.

---

Recebido em: 22/08/2020

Aceito para publicação em: 10/05/2022